

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS
29ª. ASSEMBLEIA ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL
Centro de Evangelização Angelino Rosa – CEAR
23 de julho de 2016

ANÁLISE TEOLÓGICO-PASTORAL
DA AVALIAÇÃO DO 13º. PLANO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL

1. Introdução:

- ⇒ Quando somos otimistas no ver, no analisar, corremos o risco de ser omissos no agir. Achamos que está tudo bem, nos tornamos condescendentes conosco mesmos, autorreferenciais; ninguém gosta de se ver numa má figura! Mas, se achamos que está tudo bem, concluímos que não há nada ou há muito pouco a mudar, e entramos na inércia.
- ⇒ Quando somos pessimistas no ver, no analisar, corremos o risco de ser negativos no agir. Achamos que não dá nada certo, perdemos a autoestima.
- ⇒ É preciso ser realistas, não ter medo de ver nossas fraquezas, omissões, quem sabe até pecados. Mas também considerar nossos positivos com alegria, como dom de Deus agindo em nós. Toda avaliação é um ato penitencial, serve para colocar-se com humildade diante de Deus e do próximo e de nós mesmos, visando mudança, conversão. É bom ser realistas, críticos, na análise avaliativa. Assim, concluímos que é preciso mudar, converter-se. Em nosso caso, conversão pessoal e pastoral, como pede o Documento de Aparecida.

2. Quanto às nossas características eclesiológicas (p. 1), percebe-se:

- ⇒ Grande acento na concepção da Igreja como povo de Deus, da comunhão e da participação, e menor impacto da concepção da Igreja da profecia e da solidariedade, e da missão.
- ⇒ Pode revelar que somos uma Igreja muito *ad intra* e pouco *ad extra*. Precisamente, as duas características que mais interpelam a sermos uma Igreja em saída (profecia/solidariedade e missão) aparecem com menos indicadores no item “mais presentes” e com mais indicadores no item “menos presentes”.
- ⇒ É verdade que das dez características, apenas essas duas refletem uma concepção e uma prática que impele para fora, para as periferias existenciais e geográficas, como diz Francisco.
- ⇒ Mas, quando se pergunta sobre outras possíveis características eclesiológicas a serem ressaltadas no próximo quadriênio, entre onze características espontaneamente citadas, apenas duas (da ecologia e peregrina, em saída) apontam para fora.
- ⇒ Vê-se que somos muito uma Igreja *Lumen gentium* (mistério de comunhão, ícone da Trindade, Corpo de Cristo, templo do Espírito Santo, sacramento e germe e instrumento do Reino, etc.) e pouco uma Igreja *Gaudium et spes* (presença no mundo, diálogo com as culturas, serviço aos marginalizados, engajamento na política, empenho pela paz, etc.).
- ⇒ Nem mesmo é forte entre nós a dimensão missionária (de *Ad gentes*), que também aponta para fora, embora possa ser entendida mais e/ou somente como anúncio, senão até como conquista ou arrebanhamento, e menos como diálogo e serviço ao mundo. Tão trabalhada nos últimos anos, a partir do Documento de Aparecida e dos ensinamentos do papa Francisco, a missionariedade aparece, como vimos antes, com menos indicadores no item “mais presentes” e com mais indicadores no item “menos presentes”, e também é pouco citada nas possíveis características a serem assumidas nos anos próximos, ainda que se evidencie algumas citações implícitas: peregrina (em saída), iniciação à vida cristã, nas casas, nas comunidades.

- ⇒ Talvez devêssemos retomar, ao menos como indicador geral de análise de nossa eclesiologia conceitual e, principalmente, prática, o que a CNBB propôs anos atrás, por ocasião do projeto *Rumo ao Novo Milênio*. Com essa proposta poderíamos dar conta, de modo mais amplo, de nossa ousadia: ser uma Igreja (verdadeiramente) Particular, diocesana, florianopolitana, como só nós podemos (e devemos) ser (se nós não formos ou não fizermos acontecer esta Igreja, outros não a farão por nós). Uma Igreja da inculturação (polegar), nesse território, com esse povo e sua peculiar cultura, inculturação que perpassa por quatro dimensões: a) testemunho da comunhão (e aqui poderíamos colocar diversos elementos que se referem à nossa dimensão *ad intra* (embora não de modo redutivo): alegria e santidade, acolhida e querigma, comunhão e participação, partilha, ministerialidade, formação, discipulado e seguimento; mas também (dentre as espontaneamente citadas para os próximos anos) vocações, família, catequese, iniciação à vida cristã, comunidades, casas, etc.); b) anúncio do Evangelho (e aqui colocaríamos: missão, mas, também alegria, querigma, comunicação, iniciação à vida cristã, casas, peregrinação em saída, etc.); c) serviço aos pobres para a transformação das estruturas (e aqui colocaríamos o que temos: profecia e solidariedade; o que queremos ter: misericórdia e ecologia; o que temos e não evidenciamos: caridade social, pastorais sociais; o que temos pouco: engajamento político, presença em conselhos comunitários, etc.); d) diálogo com o mundo (e aqui colocaríamos: o que temos pouco: comunicação, ecumenismo e diálogo inter-religioso, pastoral do turismo, pastoral universitária; o que não temos: pastoral da cultura, etc.).
- ⇒ A título de percepção da particularidade de nossa Igreja diocesana, poderíamos nos analisar a respeito de elementos que nos caracterizam e que deveriam impactar em nossa concepção e prática eclesiológica: crescimento populacional, litoralização da população do estado, juvenilização de nossa população, grande número de universidades, importância do turismo etc.

3. Quanto ao **nosso objetivo geral (p. 2-3)**, percebe-se:

- ⇒ Uma consciência explícita de tê-lo posto em prática, embora, é claro, sempre se pode fazer mais.
- ⇒ Há uma contradição na análise do objetivo geral e das características eclesiológicas. Diz-se que o objetivo foi posto em prática, mas esquece-se que nele se prevê uma Igreja missionária e profética. Exatamente as duas qualidades menos presentes na avaliação das características eclesiológicas.
- ⇒ Contudo, na resposta ao “como” o objetivo geral foi posto em prática, aparecem diversos elementos que indicam missão e, um pouco menos, também profetismo.
- ⇒ O acréscimo do adjetivo “misericordiosa” no objetivo geral, para a Igreja que somos e queremos ser, é aprovado quase que por unanimidade. Além de revelar nossa unidade com a caminhada da Igreja no Brasil e em Santa Catarina, expressa a vontade de extrapolarmos o ano jubilar da misericórdia e fazer dessa virtude o eixo do Evangelho, como quer o papa Francisco. Misericórdia pode ser o elo que nos falta para ligar a Igreja *ad intra* e a Igreja *ad extra*, para impelir-nos para fora, para fazer-nos Igreja em saída. Misericórdia pode exercer-se em obras corporais e espirituais, particulares e públicas-políticas, pessoais e coletivas. Misericórdia pode ser piedade com quem sofre alguma miséria, qualquer miséria, física, espiritual, mental ou moral; pode ser perdão para qualquer pecador, que comete qualquer tipo de pecado, para ajuda-lo a mudar de vida. Misericórdia, disse o papa Francisco, é a arquitrave da Igreja. Poderia ser o princípio espiritual de toda nossa ação pastoral.

4. Quanto à **família como eixo transversal de nossa evangelização (p. 3-9)**, percebe-se:

- ⇒ Em grandes linhas, não foi ainda levado em conta esse eixo transversal. Considerando os dois sínodos sobre a família, os debates ao redor deles, suas publicações e, agora, a exortação pós-sinodal, criaram um clima bastante favorável para essa temática, poderíamos esperar que tivesse havido mais empenho no assumir esse eixo transversal.
- ⇒ O que falta: decisão para assumir o que se decide ser prioritário (o que vem antes, por primeiro); confiança (fé) no Espírito Santo de que não deixará faltar carismas para suprir carências; habilidade

para perceber as carências nesse campo e, conseqüentemente, os carismas que venham a supri-las; investimento na qualificação de pessoas que cubram essas lacunas; acolhimento de discípulo missionário (padres, diáconos, religiosos e leigos) das iniciativas que vem sendo feitas nesse campo (criação de comissões forâneas e paroquiais para a vida e a família; curso do INAFAP; festival da famílias; semana da família etc.); envolvimento de todas as frentes e forças vivas ao redor desse eixo transversal (catequese como iniciação à vida cristã; GBFs; movimentos de casais e de jovens; ASA e ações sociais paroquiais e pastorais sociais).

- ⇒ É de se esperar que esse eixo transversal continue ainda por um bom tempo a articular todas as nossas frentes e forças vivas. Nem se trata de fazer muita outra coisa, de inventar mais. É necessário, é claro, uma equipe articuladora, a comissão para a vida e a família, nas paróquias e foranias e arquidiocese. Em tudo o mais, bastaria lembrar sempre que tudo que se faz esteja articulado ao redor desse eixo. Afinal, todos somos família. É hora da família. A *Amoris Laetitia* nos ajudará nessa articulação. Lembrando que articulação tem a ver com: conexão, junção, organização. Não se trata, pois, de fazer muita coisa; mas de fazer o que já se faz de modo mais articulado, interconectado, juntos.
- ⇒ Um modo de verificar isso na prática é colocar o tema família nos três múnus: liturgia, palavra, caridade. Sem forçar a barra, a família pode e deve ser lembrada em todo o ministério litúrgico (celebrações, sacramentos, retiros, religiosidade popular etc.), catequético (homilias, encontros de catequese, iniciação à vida cristã, missões populares, cursos de formação, meios de comunicação, etc.). caritativo (pastorais sociais, cuidado com os pobres, acolhida dos migrantes/novos moradores, etc.).

5. Quanto à urgência **Igreja em estado permanente de missão (p. 9-10)**, percebe-se:

- ⇒ Um grande empenho em fazer com que nos tornemos de fato uma Igreja missionária. Apesar de isso não aparecer com ênfase, como já foi dito, na avaliação das características eclesiológicas.
- ⇒ Mais especificamente, quanto às missões populares, estamos com metade das paróquias realizando-as, das maneiras as mais diversas. Talvez fosse o caso de voltarmos a uma prática de anos atrás (nos anos anteriores ao jubileu do ano 2000 e, depois, na realização do XV CEN) de incentivar a visitação e bênção das casas e outros ambientes (de trabalho e estudo), através de um ministério específico, qualificado, com texto próprio para bênção. Ou de concentrar isso no Tempo Pascal, com ministros *ad hoc*.
- ⇒ Quanto à existência da PASCOM também estamos com metade das paróquias organizando-as. Há muita criatividade nesse campo, com diversas frentes de comunicação. Mas constata-se ausência de articulação e, até mesmo, de conhecimento. Talvez fosse o caso de promover cursos forâneos de comunicação e evangelização, centrados na explicitação do *Directorio da Comunicação*, da CNBB. Considere-se que esses cursos são muito direcionados e, portanto, sempre haverá poucas pessoas interessadas. Mas serão agentes que farão diferença.

6. Quanto à urgência **Igreja casa da iniciação à vida cristã (p. 14-17)**, percebe-se:

- ⇒ A totalidade das paróquias entrou no clima, com encontros e cursos de formação. Há ainda necessidade de avançar quanto às celebrações de entrega, à participação na escola de multiplicadores, à catequese com adultos e aos encontros com famílias.
- ⇒ É um caminho novo, que traz sangue novo para nossa Igreja diocesana.

7. Quanto à urgência **Igreja comunidade de comunidades (p. 18-22)**, percebe-se:

- ⇒ Quase todas as paróquias têm CPPs e CPCs funcionando de acordo com os regimentos da arquidiocese. É bom lembrar que o Direito canônico prevê e o papa Francisco vem incentivando, já por diversas vezes, a existência desses e outros conselhos. É o espaço que as lideranças leigas têm para participar, sugerir, debater, decidir, executar, dando, assim, um rosto mais leigo à Igreja. Trata-se da prática da eclesiologia conciliar (Igreja comunhão, corresponsabilidade, missão). Tudo o que é comum, deve ser decidido e praticado em comum.

- ⇒ O estudo do Plano Arquidiocesano de Pastoral não foi feito em onze paróquias (e cinco deixaram em branco). Consideração semelhante vale para a elaboração do Plano Paroquial de Pastoral a partir do Plano Arquidiocesano de Pastoral. De novo: seriam as mesmas 15 ou 20 de respostas anteriores negativas ou omissas? Revela-se aqui a necessidade de garantirmos sempre a caminhada comum com a diocese, que é a instituição-mãe de todo planejamento pastoral. Pela tradição teológica e disciplinar, confirmada no Vaticano II, só a diocese tem o status de Igreja Particular, porque é ao redor do bispo que esse determinado povo nesse determinado território celebra a Eucaristia e anuncia o Evangelho. Em cada diocese está toda a Igreja de Cristo. Paróquia não é Igreja Particular, mas uma parte da Igreja Particular. Fora da relação orgânica (daí, a pastoral orgânica) com a diocese, a paróquia vira gueto e corre o risco de criar conflitos eclesiais desnecessários e contraproducentes para a evangelização.
- ⇒ Vai-se tomando consciência cada vez maior acerca da necessidade de criação de comunidades nas diversas paróquias, e de paróquias em algumas foranias. O aumento populacional de nossa região nos interpela. Quanto a novas paróquias, a avaliação quase coincide com os estudos feitos pela comissão arquidiocesana designada para tal.
- ⇒ A organização da arquidiocese em foranias trouxe mais pontos fortes que fracos. Considerando o pouco tempo de existência (dois anos...), pode-se imaginar que essas fragilidades serão superadas em breve, graças ao empenho de todos. Trata-se, pois, de evidenciar ainda mais os pontos fortes para anular ou enfraquecer os pontos fracos.

8. Quanto à urgência **Igreja a serviço da vida plena para todos (p. 22-26)**, percebe-se:

- ⇒ Todos os gráficos apontam entre 60 e 80 % de realização. É um bom grau. Mas, claro, poderia ser bem melhor. Afinal, estamos no campo do amor cristão, da caridade social, da opção pelos pobres, da justiça social, das obras de misericórdia. É o múnus da caridade, no qual sempre se pode avançar.
- ⇒ Trago para aqui o que se reflete sobre a **Ação Social (p. 11-14)**. Percebe-se aí boa articulação de bom número de paróquias. Mas há sempre uma referência de 15 ou 20 paróquias em que a ação social não está organizada. Há uma expressão bastante significativa de frentes de ação, que vão (do mais para o menos) desde a assistência social, passando pela promoção humana e pela conscientização, até a libertação social. A Campanha da Fraternidade e o Fundo Arquidiocesano de Solidariedade (p. 12) são bem considerados, embora esteja presente, também aqui, aquele residual de 15 a 20 paróquias (seriam sempre as mesmas?) com baixa efetividade nesse campo. Sabe-se que este é um trabalho difícil, que implica enfrentamento de conflitos, perseverança e persistência.
- ⇒ Para sair do puro assistencialismo, convém que as paróquias, as foranias e a arquidiocese se empenhem mais em formar agentes para participar dos conselhos municipais e/ou estaduais paritários de direitos: criança, idoso, esporte, lazer, moradia, segurança etc.
- ⇒ A sugestão de que cada forania tenha um/a assistente social para articular todas as frentes desse campo é muito interessante. Seria outro modo de ir superando o assistencialismo, em vista da promoção, da conscientização e, quem sabe, da libertação social.
- ⇒ Enfim, tem-se avançado bastante, mas reclama-se de falta de agentes, de formação, de organização, de divulgação. Talvez se pudesse investir mais nesse campo. E sonhar com um maior equilíbrio entre os três múnus (ou ministérios, ou mesas): Liturgia, Palavra, Caridade. Quanto tempo e dinheiro investimos em cada um? Quanto dispêndemos de tempo e investimento para a formação de agentes e a organização de nossa ação social, de nossas pastorais sociais?
- ⇒ Se investirmos mais nesse campo, poderemos cobrir as lacunas da primeira questão e tornamo-nos mais uma Igreja do profetismo e da solidariedade, samaritana e misericordiosa.